



O ato de leitura sob a ótica de Roger Chartier

DIANA LINDGREN

INTRODUÇÃO: BREVE BIOGRAFIA

RESUMO

Este artigo é fruto de uma pesquisa bibliográfica sobre a obra do autor francês Roger Chartier. O trabalho foi estruturado em três momentos. Primeiramente, apresentamos o perfil do autor fornecendo algumas informações da sua formação e origem acadêmica, que ajudarão o leitor a compreender os objetivos de se abordar o tema da leitura. O segundo momento é dedicado à argumentação teórica para apresentar as principais teses do pesquisador. Abordamos o pilar da história da leitura na visão de Chartier (2001): a metodologia, o mecanismo da apropriação e a variabilidade histórica da leitura. No último momento, nos dedicamos a refletir se a leitura silenciosa teria suplantado a leitura oral no mundo contemporâneo, assim como suas consequências.

O autor Roger Chartier nasceu em 1945, em Lyon, a terceira cidade da França, filho de uma família operária. Formou-se professor e historiador, simultaneamente, pela Escola Normal Superior de Saint Cloud, nos arredores de Paris, e pela Universidade Sorbonne, na capital francesa. Em 1978, tornou-se mestre conferencista da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais e, depois, diretor de pesquisas da instituição. Em 2006, foi nomeado professor-titular de Escrita e Cultura da Europa Moderna do Collège de France. Tornou-se membro do Centro de Estudos Europeus da Universidade Harvard, nos Estados Unidos, e recebeu o título de Cavaleiro da Ordem das Artes e das Letras do governo francês. Também leciona na Universidade da Pensilvânia, nos EUA, e viaja pelo mundo realizando palestras.

Como docente, Chartier ministrou no Lycée Louis-Le-Grand, em Paris, por breve período, quando ingressou na Université Paris I, como monitor de História Moderna até o ano de 1975. Posteriormente tornou-se mestre conferencista da Escola de

DIANA LINDGREN

Pedagoga graduada pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos; pós-graduanda em Educação Bilingue. Atualmente, professora na rede pública em Niterói.

Altos Estudos em Ciências Sociais, assumindo logo após a direção da mesma.

Em 2007, quando ocupou o cargo de professor do Collège de France na cadeira de Escrita e Culturas na Europa Moderna, dedicou-se às pesquisas sobre o tema do ato da leitura.

Os primeiros estudos do autor, juntamente com Dominique Julia, também historiador francês, foram sobre a história da educação. Por ser direcionada para as comunidades de estudantes e as instituições de ensino, Roger Chartier norteou sua pesquisa debatendo sobre a função da circulação e da apropriação dos textos. Desta forma, seus estudos acerca da leitura deram início.

Serão tratadas nesta pesquisa as duas principais teses, segundo o autor, acerca do ato de ler. A primeira, a ideia de que a leitura e os fatores comportamentais a ela relacionados são variantes históricos. Advindos desta ideia, a apropriação, o entendimento alcançado, assim como o uso do conteúdo escrito, também variam de acordo com os elementos presentes no ato da leitura.

Dentre esses elementos, será citado o suporte material do impresso, assim como o período de sua produção e suas respectivas atividades de leitura, escrita ou edição, bem como o corpo social em que circula.

A segunda tese, de acordo com o autor, está relacionada à sua percepção acerca do momento atual da leitura. Para o pesquisador, a elaboração

dos textos eletrônicos destaca-se de outras revoluções na história da leitura. Sendo assim, Chartier afirma que:

[...] pela primeira vez, estes três níveis: o nível da técnica, o nível da forma de suporte, e o nível da prática da leitura se transformam ao mesmo tempo. Quer dizer que a textualidade eletrônica é, evidentemente, uma revolução tecnológica, que transforma totalmente a forma de inscrição da cultura escrita, substituindo pela tela do computador todos os objetos e a cultura impressa: o livro, o jornal, a revista, etc. E isso implica, ou permite, uma transformação da relação com o texto escrito pelo leitor (CHARTIER, entrevista TveBrasil, junho de 2004).

Dentre suas obras publicadas, destacam-se: Formas e sentido: cultura escrita: Entre distinção e apropriação, Inscrever & apagar, Leituras e leitores na França do Antigo Regime e Práticas da leitura. Além destas publicações, Chartier organizou, com o paleógrafo e historiador italiano, Guglielmo Cavallo, um conjunto de artigos sobre as muitas formas de leitura que figuraram na sociedade ocidental da Antiguidade até a atualidade, intitulado: História da leitura no mundo ocidental, encontrado em dois volumes em português.

1. SITUANDO A LEITURA E SUAS PRÁTICAS NO TEMPO COM BASE EM CHARTIER

Apesar de sua importância, somente há pouco tempo pode ser compreendida a trajetória da escrita e da leitura como prá-

ticas sociais. O pesquisador e historiador Roger Chartier foi um dos responsáveis pela mudança de paradigma no que concerne às práticas e usos da leitura, as quais serão abordadas ao longo deste trabalho.

Foi sob um novo prisma que Chartier contribuiu no campo do ensino da leitura e da escrita. Neste sentido, pode-se dizer que foi grande sua influência ao elucidar os diferentes interesses e usos que tornam próximos leitores, autores, copistas, missivistas, etc. de variados gêneros textuais. Faz-se relevante a lembrança que suas pesquisas contribuíram, em muito, para embasar as teorias de pesquisas de Emília Ferreiro e Delia Lerner. As educadoras consideram que a atividade de leitura não está restrita à conversão dos códigos em sons e vice-versa, mas inclui a construção e elaboração de significados. Vale lembrar que as primeiras pesquisas de Roger Chartier em parceria com Dominique Julia (1995) foram sobre a história da educação com a tônica nas comunidades de estudantes e nas instituições, conduzindo desta forma o autor a questionar a função da circulação e apropriação dos textos.

Chartier (1995) alega que:

devemos lembrar que a leitura tem uma história e uma sociologia. É pois necessário reconstruir as competências, as técnicas, as convenções, os hábitos, as práticas próprias a cada comunidade de leitores (ou leitoras). Deles depende também a significação que, em determinado momento ou lugar, um “público” pode atribuir a um texto (p. 8-9).

Em suas palavras, o pesquisador afirma que os contextos histórico e sociológico têm grande relevância na construção da leitura, por isso os hábitos e as práticas locais corroboram o perfil de um leitor. Sendo assim, realizar atividades e investir em espaços de leitura com a finalidade de formar leitores, pode se tornar um caminho mais eficaz e com possibilidades de sucesso.

A percepção e a formação do leitor acerca da leitura são norteadas a partir do conceito do ato de ler de cada indivíduo. Para os autores Cavallo e Chartier (1998, p. 11), “a leitura era vista, sobretudo como prática de vida em sociedade”, ao considerar que ela se mostrava em “contextos representativos de entretenimento e de conversação”. Contudo, o grupo mais beneficiado, quase sempre, limitava-se a uma parcela elitizada. Nas bibliotecas, por exemplo, era possível observar alguns indivíduos em condições socialmente mais elevadas, ao contrário de outros indivíduos que não se encaixavam naquele contexto, sendo por isso postos à margem, caracterizando assim um comportamento excludente nesses espaços. Aos poucos as bibliotecas se tornaram mais acessíveis, uma vez que esses ambientes passaram por processos de democratização.

Remetendo à Antiguidade Clássica, é possível compreender como eram constituídos os espaços das bibliotecas e suas respectivas mudanças ao longo dos tempos. Guglielmo Cavallo e Roger Chartier (1998) descrevem:

As notícias sobre a função das bibliotecas públicas como espaços de leitura em Roma são poucas. Com certeza não eram bibliotecas como as helenísticas, reservadas a pequenos círculos, mas deve-se pensar, preferencialmente, em bibliotecas eruditas, no sentido de serem abertas a qualquer pessoa que as quisesse frequentar. Porém, na realidade, eram frequentadas por um público de leitores de classe média alta, a mesma, ou quase, que muitas vezes já dispunha de bibliotecas particulares (p. 17).

Sem dúvida, a imagem das bibliotecas que compreendiam esse período na história, era de um ambiente que representava um público erudito e intelectualizado. Sendo assim, esse olhar enraizado afeta a avaliação das funções desempenhadas ou desenvolvidas pelo lugar, pois tal representação não mais procede, se não apenas no plano da idealização. Portanto, esse espaço precisa ser visto como um lugar de circulação social tanto para leituras quanto para encontros. É provável que por conta da tecnologia atual a biblioteca possa obter uma nova maneira de ser compreendida além de oferecer maior diversidade de suportes. O livro, em sua forma impressa, não se torna nulo, mas sugere formas de pensar a biblioteca como um espaço mais democrático. Para isto, são necessárias algumas mudanças que possam atender as demandas relacionadas aos avanços e às tendências da atualidade. Chartier (1998) nos aponta as dificuldades das pessoas ao lidarem com situações inusitadas. De acordo com o autor,

“o problema se põe todas as vezes que uma prática cultural ganha aqueles que não tenham sido formados por tradição familiar ou social a recebê-las nas condições que ela exige” (p. 12).

A importância desses dados e informações contribuem para ratificar a relevância do ato de ler como prática social. Segundo Magda Soares (2010) ler:

“É um conjunto de habilidades e comportamentos que se estendem desde simplesmente a decodificar sílabas ou palavras até ler Grande Sertão Veredas de Guimarães Rosa... uma pessoa pode ser capaz de ler um bilhete, ou uma história em quadrinhos, e não ser capaz de ler um romance, um editorial de jornal... Assim: ler é um conjunto de habilidades, comportamentos, conhecimentos que compõem um longo e complexo *continuum* [...]”(p.48).

Por isso, formar leitores inserindo-os no universo da cultura escrita está atrelado a alguns aspectos do perfil do leitor, como: o conceito de leitura que ele possui, sua relação com o ato de ler em si, sua capacidade de contextualização, etc. Além de fatores externos, como a cultura padronizada e a comunicação que veiculam através da mídia. É relevante refletir sobre o perfil dos leitores atuais com a finalidade de avançar nas práticas sociais da leitura.

Percebe-se que o ato de ler não se deu semelhantemente em todos os lugares. Entende-se assim que o conceito de leitura varia entre sociedades. A atividade de leitura vai além de um pro-

cesso cognitivo e envolve uma posição de corpo dentro de um determinado espaço. Por trás das práticas de leitura há diferentes histórias. No Ocidente, por exemplo, o ato de ler nem sempre foi praticado da mesma forma. Neste sentido, os autores Cavallo e Chartier (1999, p. 26) expõem três momentos importantes na história da leitura que trouxeram transformações significativas. A passagem da leitura oral para a leitura silenciosa, na Idade Moderna, é descrita como a primeira revolução da leitura, na qual se estabelece uma relação mais estreita e secreta com o escrito. A sequência da leitura intensiva para a extensiva se constitui como a segunda revolução da leitura, de acordo com os autores, e por último a revolução digital, ou seja, a leitura e a escrita em um suportes eletrônicos.

A leitura em voz alta possuía algumas características que marcavam esta modalidade tais como a entonação da voz e o ritmo. Segundo Barbosa (1991) a leitura, a escrita e a oratória eram compreendidas como práticas indissociáveis. O indivíduo versado na prática da oratória dava vida à leitura não somente agradando aos ouvintes, mas tornando-os leitores por meio de sua voz. Em situações de sociabilidade, essa leitura servia para reuniões de família e moradores em um clima agradável e de fraternidade. Entretanto, a leitura silenciosa “permitiu inclusive leituras simultâneas e mais reflexivas, pois era possível consultar mais

de um livro ao mesmo tempo e esperar o tempo para reflexão” (HORIKAWA, 2006, p. 47). Essa ascensão contribuiu para que o leitor pudesse ler e escrever concomitantemente, ligando-se ao códex, um tipo de papiro manuscrito e encadernado, usado a partir do século II d.C, nos documentos romanos. Vale ressaltar a dificuldade quanto à leitura dos manuscritos por apresentarem raros recursos visuais tais como a ausência de espaços em branco entre as palavras, a escrita conforme a pronúncia, sem pontuação, letras de difícil visualização, etc., sendo assim “separar o movimento dos olhos dos movimentos da laringe foi uma longa e sofrida aprendizagem” (BARBOSA, 1991).

A leitura silenciosa consolidou-se, entre o período de 1750 a 1850, estabelecendo assim uma relação de intimidade entre o homem e o livro. Tido como companheiro em muitos momentos de solidão, o livro também se tornou peça decorativa nas casas e em espaços como bibliotecas particulares, bem como símbolo de conhecimento e poder. Nas sociedades antigas, três períodos importantes se destacam em relação à leitura: o período que compreende os séculos IX, X e XI, quando os scriptoria monásticos deixaram os antigos hábitos da leitura e da cópia oralizada; o período que abrange o século XIII, com a difusão da leitura silenciosa no meio universitário; e por fim, o período da metade do século XIV, momento em que o ato de ler

silencioso alcança tardiamente as aristocracias laicas.

Antes mesmo da leitura oral, representada por pintores e iluminadores como um movimento que envolve todo o corpo, sucedem outras formas de leitura, a do livro folheado e examinado em uma relação individual.

A leitura não se realiza apenas de forma convencionalmente representada. Não se trata de um pequeno ou longo trajeto em que os olhos percorrem e localizam códigos, símbolos, imagens ou traços. O ato de ler transcende a decodificação dos símbolos linguísticos, dando lugar também à atribuição dos seus significados. O homem é um ser de interações, portanto habilitado a criar, recriar, significar, resignificar, inferir, etc. A competência de compreender símbolos e atribuir a eles significados são características peculiares ao homem (VYGOTSKY, 1984; 2001).

O mundo é lido com suas produções e eventos, leem-se as pessoas com as quais se interage, e também se realizam leituras acerca do próprio indivíduo. Desta forma, pode-se dizer que essas leituras são rastros de interações sociais que permitem interpretar, perceber e discernir cada um desses artefatos, ao mesmo tempo em que, partindo dessas leituras, pode-se construir a individualidade.

Um ambiente escolar como a sala de aula, por exemplo, é possível considerá-lo como espaço de interações,

ou seja, um espaço onde surgem e se constituem ações mútuas que se ampliam e se modificam no cotidiano. Sendo assim, o leitor pode então, obter a participação ativa na construção de significados, bem como realizar suas leituras interativa e dialogicamente junto aos outros possíveis leitores. Portanto, o ato de ler assim construído pode ser compreendido como prática cultural, como os autores Bourdieu e Chartier (2001) puderam perceber. A leitura de textos, no caso, escritos, está associada às condições socioculturais e pessoais contidas no contexto e que são resultantes das condições histórico-culturais do grupo ao qual pertence. As formas de leitura e os sentidos a ela atribuídos estão intimamente ligados aos elementos tempo e espaço em que esta leitura se realiza, conforme Mollier (2009) registra.

O ensino da leitura teve sua gênese com as práticas de memorização. Por meio de repetições de símbolos escritos e com base em diferentes tendências pedagógicas, buscou-se, na maioria das vezes, modificar os princípios e costumes dos grupos sociais. Como ressalta Hébrard (2001, p. 35), o livro, era usado como base “[...] aos rituais de coesão social, familiar ou mais ampla [...] um grupo de leitores individualizados”. De acordo com o contexto da época, a única concepção de leitura era aquela que concedia poder ao livro de afixar as mensagens nele contidas na mente das crianças, pois

eram comparadas à “cera mole” pela pedagogia clássica (CHARTIER, 2001, p. 24).

Compreende-se que o “sujeito leitor” estava condicionado ao poder do livro, pois “ensinar a ler um grupo social até então analfabeto é apresentá-lo ao poder, com direito infinito, do livro” (HÉBRARD, 2001, p.36). Não havia outra forma de se tornar uma pessoa culta se não fosse por influência desse objeto e pelos conteúdos nos fragmentos dos textos. Era considerado alfabetizado o indivíduo que fosse bem articulado na leitura, que exercesse domínio quanto aos códigos linguísticos e estivesse sob total influência dos mesmos. Vale lembrar que a leitura sempre esteve condicionada às formalidades de cada época, e por este motivo as formas de leitura eram variadas, isto é, as formas de apropriação do conteúdo lido, as relações de influência entre texto e leitor, etc. Como diz Bourdier (2001, p.243) “o poder sobre o livro é o poder sobre o poder que o livro exerce”. Este poder dito pelo autor está intimamente ligado à maneira como o texto é apreendido pelo leitor e, como o leitor pode exercer poder sobre o texto. Pode-se dizer que há uma relação de mão dupla que torna esta atividade dinâmica, ou seja, o texto de alguma forma exerce influência sobre o leitor, seja no pensamento, no sentimento, ou quaisquer outras formas de tocá-lo através do conteúdo lido, seja por mensagens mais explícitas ou as mais subliminares. Não há dúvidas que

neste processo ocorrem experiências que geram ganhos para o leitor.

Na época atual, encontram-se no ambiente escolar as mais variadas formas e maneiras de ler. As atividades de leitura, neste contexto, são reconhecidas, ensinadas e compartilhadas. Essas práticas de leitura se evidenciam através dos motivos, das escolhas e de que maneira essas atividades se dão, ou seja, quais são as razões, o que o leitor busca, de fato, e como ele a realiza. Independente destes elementos, ambos necessitam de certa forma, das competências do leitor. Nesse sentido, estas competências são desenvolvidas e aprimoradas na medida em que o indivíduo cria vínculos com a leitura e faz uso desta habilidade em seu cotidiano. No presente, a proficiência na leitura não se limita apenas à decodificação dos signos linguísticos, fato que contrasta com as épocas anteriores, em que esta prática era quesito para qualificar o sujeito como leitor.

Em diálogo com Chartier (2001), as atividades de leitura foram desenvolvidas como práticas culturais em espaços intersubjetivos em que o(s) leitor (es) pode(m), de alguma forma, comunicar entre si comportamentos, atitudes e significados culturais, tendo como ponto de partida procedimentos de leitura. Conforme já dito, as salas de aula têm sido utilizadas em situações de intersubjetividade, viabilizando estas práticas de leitura. Pesquisadores e teóricos de diferentes disciplinas têm sido des-

pertados em relação à história e às práticas de leitura. Dentre eles estão: José Juvêncio Barbosa (1991); Pierre Bourdieu (2001); Anne Marie Chartier (1995); Roger Chartier (2001); Elsie Rockwell (2001); Jean Hébrard (2001), Lacerda (1999); Mollier (2009). Estes autores, em seus relatos, descrevem os suportes e as práticas de leitura em diferentes situações sócio históricas, mostrando a influência desses suportes e as formas de leitura em épocas distintas.

É comum pensar na escola como espaço de cultura letrada onde ocorrem situações de leitura. No entanto, autores como Magda Soares (1998), Paulo Freire (1982) e Roger Chartier (1998) percebem estas práticas de maneira diferente, ou seja, eles asseguram que as vivências fora dos muros da escola antes mesmo do período de escolarização são significativas e relevantes. Freire (2001) em sua narrativa, por exemplo, expõe “situações de leituras” que experimentou na sua infância. Neste sentido, essas vivências descrevem o ato de ler quando ainda não se realizava a leitura da palavra e em que o contexto onde vivia lhe serviu de suporte para desenvolver suas primeiras leituras. O autor atribui a aquisição de certos conceitos ao fato de acompanhar determinados processos de desenvolvimento, como por exemplo, o amadurecimento de um fruto evidenciando assim a viva relação sujeito/mundo e possibilitando integrá-la ao ato de ler.

2. PRÁTICAS DE LEITURA E LEITURA SILENCIOSA NA CONCEPÇÃO DE ROGER CHARTIER

A imposição do silêncio, contida nos primeiros textos, não data senão dos séculos XIII e XIV. É nesse momento que entre os leitores aumenta o número de pessoas que podem ler sem “ruminar”, isto é, ler para si mesmas a fim de compreender o texto. Os regulamentos reconhecem esta nova norma e a impõem àqueles que não teriam ainda interiorizado essa prática da leitura silenciosa. “Pode-se então admitir que antes nas scriptorias monásticas ou nas bibliotecas das primeiras universidades, podia-se ouvir um rumor produzido por essas leituras murmuradas, que os latinos chamavam de *ruminatio*” (CHARTIER, 1994).

Roger Chartier (1994) menciona em suas pesquisas as modificações pelas quais as modalidades de leitura passaram ao longo do tempo. De acordo com o autor, a primeira revolução das práticas de leitura seria relativa à modalidade física e corporal do ato de ler “que incide sobre a importância decisiva da passagem de uma leitura necessariamente oralizada, indispensável ao leitor para a compreensão do seu sentido, a uma leitura possivelmente silenciosa e visual” (CHARTIER, 1994). A transição da leitura oral para a silenciosa teria ocorrido durante a longa Idade

Média, tornando-se prática presente no século XIV entre a aristocracia leiga. Em seguida, ou seja, na segunda revolução da leitura, datada na segunda metade do século XVIII, a leitura intensiva, restrita a um número de textos distintos, que são lidos e relidos, é modificada por uma prática de leitura extensiva, isto é, uma atividade de leitura ávida e ligeira, que consome significativo número de impressos. Entretanto, a ideia não era substituir uma prática de leitura por outra, e sim a ampliação de uma prática em relação à outra, conforme esclarece Chartier (2001, p.89): “valeria dizer que esse estilo antigo estava desaparecendo no curso do século XVIII e que existiu somente antes? Sem dúvida que não, seria necessário reinterpretar a oposição entre os dois modos de leitura”.

Ao contrário da leitura em voz alta, que implica em compartilhamento, a leitura silenciosa é a que se faz visualmente, sem o uso da voz. Pode-se pensar que esta modalidade da leitura tenha surgido com o advento da escrita. Contudo, a leitura silenciosa é relativamente recente em nossa história. Para o autor e pesquisador Roger Chartier o trabalho dos copistas irlandeses e anglo-saxões no período da Alta Idade Média teve relevância no que concerne à organização das frases com a separação das palavras. Esta nova configuração tornou viável a compreensão do texto sem a necessidade da vocalização. Apesar das mudanças, somente a partir do século

XII, aproximadamente, que “o ato de ler em silêncio” deixou de estar restrito aos copistas monásticos, dando assim lugar às escolas e às universidades.

Pode-se dizer que a propagação desta “nova” modalidade da leitura foi um processo gradativo, havendo a necessidade de um tempo razoável para sua divulgação. Os fatores que atuaram concomitantemente para favorecer a difusão da leitura silenciosa e solitária foram o aumento da produção dos impressos como romances, jornais, revistas, etc. e o surgimento de um novo público, que por sua vez foi constituído a partir da expansão dos sistemas públicos de ensino no século XIX. É característica da leitura silenciosa o poder ler quantitativamente e em períodos menores. Desta forma, denominou-se leitura extensiva sendo associada às leituras superficiais, rasas e até mesmo relacionadas ao vício. Esta modalidade da leitura também estreitava a relação entre o leitor e o texto, propiciando a livre interpretação. Este estreitamento entre as pessoas e o objeto de leitura tornou-se um perigo à sociedade, sendo o principal motivo de preocupação os indivíduos de meios populares e as mulheres. Houve quem se inquietasse sobre a perda do domínio sobre esses indivíduos, uma vez que, em determinado momento, houvesse quem lhes servisse de “aios”, tornando-os “leitores” por meio de suas vozes. A inquietude, portanto, seria em torno da supos-

ta liberdade adquirida por esses “novos leitores” como consequência do ato de ler solitário. Sendo assim, como evitar às mentes os pensamentos fantasiosos, as imaginações e as ideias frívolas?

Não se sabe ao certo, mas talvez por compreender desta mesma forma, a escola como instituição de ensino, retardou a inserção em suas práticas cotidianas da leitura silenciosa. No entanto, na metade do século XX, com o movimento da Escola Nova, a leitura silenciosa tornou-se recomendada por educadores. Para os integrantes deste movimento, esta modalidade de leitura admitia uma postura mais interativa e por isso, mais ativa e crítica do leitor em relação ao texto.

Sendo assim, a postura desse leitor destituía a intermediação de uma terceira pessoa na atividade de intérprete do objeto lido. Mesmo sendo incorporada às práticas do cotidiano escolar, houve muita relutância à presença do ato de ler silencioso na escola. Isto se deu devido ao fato de que esta atividade, principalmente quando se trata de textos literários, não possibilita a avaliação de alguns aspectos da leitura como a pontuação, a entonação e a im-
postação de voz, escapando assim ao controle docente.

Em contrapartida, a inserção desta prática nas instituições de ensino é relevante no sentido da formação de leitores competentes, críticos e aptos

a atenderem às demandas de uma sociedade grafocêntrica, onde a leitura e a escrita predominam na maioria das instâncias sociais.

Para isto, estratégias têm sido elaboradas pelo docente para que os aprendizes, diante da pluralidade de gêneros textuais, tenham possibilidades de extrair do texto informações necessárias, interpretá-lo, inferir, opinar criticamente, etc. O contato com as leituras literárias é importante, assim como, em seu cotidiano, serem ofertados aos alunos diferentes espaços onde possam, com tempo mais livre, se dedicarem à leitura silenciosa, sendo respeitado o ritmo de cada um.

De acordo com Roger Chartier (1991), no período do Antigo Regime o processo de aprendizagem da leitura antecede ao ensino da escrita, contemplando apenas um quantitativo de crianças. Porém, o professor acredita que ambas deveriam caminhar juntas, isto é, ser assimiladas concomitantemente. Na prática, portanto, se torna evidente a tendência da habilidade de leitura preceder a habilidade da escrita.

O autor supracitado também aponta no mesmo trabalho que a propagação da leitura silenciosa estabelece outra relação entre o leitor e o texto. O ato de ler silenciosamente permite ao leitor momentos de retiro, nos quais ele encontra amparo contra as intimidações sociais, definindo como condu-

ta cultural os caminhos da privatização na sociedade atual. A leitura silenciosa também representa outras maneiras do indivíduo relacionar-se consigo mesmo, ou seja, nesta atividade o leitor possui um leque de possibilidades no que diz respeito à interpretação do texto lido, favorecendo assim a construção da sua individualidade e subjetividade. Conforme diz Aries (1991), ao lado das agendas, dos versos, a leitura silenciosa valida os laços entre leitura, escrita e autoconhecimento.

Segundo o autor Roger Chartier (1991), a leitura silenciosa é um instrumento que dá acesso a outras práticas de leituras, ao mesmo tempo em que cria perspectivas para o trabalho intelectual e nas demais áreas na vida do indivíduo. Em síntese, as relações e inter-relações possibilitam ampliar a visão de mundo.

No mundo contemporâneo, ouvimos “certos discursos” em que a leitura, em sua modalidade oral, não tem sido uma prática no cotidiano escolar, assim como em outros âmbitos da sociedade. Em contrapartida, a leitura silenciosa possui um teor mais nobre, mais elevado, pela sociedade atual. Há também quem diga que a leitura silenciosa é predominante em relação às demais, estimulando assim a crença pela cultura do silêncio. Além disso, essa crença também incentivava a disseminação dos guias de leitura no mundo ocidental a partir do século XIX. Esses guias

eram responsáveis por esclarecer as vantagens da leitura silenciosa, tais como a economia de tempo e do esforço visual, auxílio na compreensão, liberdade de escolha, maior velocidade de leitura, etc. Os pesquisadores Cavallo e Chartier (1998), por exemplo, discutem a leitura oral como uma prática que, nos dias atuais, se não está posta à margem, extinguiu-se, tendo apenas a função da comunicação escrita aos não leitores e a socialização.

Apesar de analisar a leitura silenciosa como uma prática de grande influência nos séculos IX, X e XI, no interior dos mosteiros no século XIII, nas universidades e, durante a metade do século XIV, na aristocracia laica, José Juvêncio Barbosa (1991) trata esta modalidade de leitura como uma revolução silenciosa, a qual a partir da criação da imprensa em 1444, torna possível um novo vínculo com o texto, mais ágil, com maior flexibilidade e eficácia. Esses avanços contribuíram para uma nova configuração da leitura, ou seja, a forma de ler passou a ser exclusivamente visual. Este mesmo autor considera que a leitura, em sua modalidade silenciosa, transpôs a leitura oral, apesar de este processo ocorrer gradativamente. Seria então, o surgimento da imprensa, a responsável pela modificação nas práticas de leitura, como argumenta Barbosa (1991)? Que outro fator pode ter instigado uma nova relação do leitor com o texto? Terá mesmo a prática de

leitura oral caído em desuso a ponto de ser extinta ou posta à margem, restrita a um pequeno grupo no mundo contemporâneo?

Recorremos aqui a Cavallo e Chartier para tratarmos dessas questões (1998: 26-27), que indicam alguns fatores motivadores das mudanças nas práticas de leitura:

Em primeiro lugar, é claro que em suas estruturas essenciais, o livro não é transformado pela nova técnica. Até o início do século XVI, pelo menos, o livro impresso ainda depende do manuscrito do qual imita a paginação, a escrita, as aparências. Como o manuscrito, ele deve ser acabado pela intervenção de várias mãos (...). (Em segundo lugar), (...) o livro, tanto depois como antes de Gutemberg, é um objeto semelhante, composto por folhas dobradas, reunidas em cadernos e juntadas sob uma mesma encadernação ou capa. Portanto, não é surpreendente que todos os sistemas de referência (numeração de folhas, de colunas e linhas; relação analítica entre o texto e suas glosas, e não só espacial; índices; listas alfabéticas; concordâncias), que com muita rapidez foram associados à imprensa lhe sejam amplamente anteriores (...). (Outra razão é que) (...) já nos últimos séculos do livro copiado à mão, é organizada uma hierarquia durável dos formatos que distingue o grande fólio, o livro de banco, (...); o livro humanista, mais maleável em seu formato médio, que traz a leitura de textos clássicos e de novidades; enfim, o libellus, o livro portátil, de bolso ou de cabeceira, com múltiplas utilizações, para leitores numerosos e com menos dinheiro

Esses pesquisadores defendem também que, assim como na Antiguidade grega e romana, as leituras em voz alta e silenciosa coexistiam, há evidências que, na Idade Média as práticas monásticas de leitura em voz alta eram comuns em igrejas, refeitórios e até nas escolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da leitura é um tema amplo, por isso, investigado por muitos estudiosos e até mesmo por profissionais de diferentes áreas. As questões inerentes à leitura e mais propriamente ditas ao ato de ler têm sido objeto de muitas discussões e reflexões no decorrer das duas últimas décadas.

O diálogo aqui estabelecido com o autor e pesquisador Roger Chartier contribuiu, em sua maior parte, no desenvolvimento e em momentos finais deste trabalho, lembrando que não há o intuito de atribuir valores a essa ou aquela modalidade da leitura, em detrimento de outra, levando também em consideração que as múltiplas formas de ler estão condicionadas a fatores sociais e históricos, compreendendo desta forma a leitura como uma prática social passível de mudanças no que diz respeito às formas e sentidos. A pesquisa propiciou maiores esclarecimentos quanto à apropriação da leitura, seus fatores históricos assim como a indissociabilidade entre ambos.

A prática da leitura oral ou a recitação pública se estabeleceu devido à complexidade da publicação e divulgação dos textos escritos. Nessas recitações, o indivíduo bem articulado, que fosse eloquente dava voz ao texto e assim tornava conhecido ao público o conteúdo “lido” e sua “interpretação”. Desta forma, evidenciam-se quem eram os “leitores” da antiguidade, leitores, que antes de qualquer coisa eram ouvintes. Neste sentido, vale lembrar que “a escrita é uma linguagem para os olhos e não para os ouvidos. Ler não é traduzir o escrito em oral para chegar à compreensão” (BARBOSA, 1991).

A leitura silenciosa permitiu outras formas de leitura, assim como a construção da individualidade, tornando possível diversas formas de interpretações do sujeito sob o ponto de vista pessoal. A relação entre texto e leitor assume então uma postura diferente, em que a leitura vai além da captura de códigos, ou seja, o leitor protagoniza este ato de ler dando vida às letras, atribuindo-lhes sentidos. Compreende-se que o ato de ler é um ato contínuo e intimamente ligado a estar no mundo e com o mundo, caracterizando o homem como um ser de relações, capaz de criar, recriar e inferir.

Pode-se dizer que o mundo se transformou em uma sala de leitura, na qual não há mais a exclusividade da cultura impressa como único meio de acesso aos conhecimentos e saberes.

Livres dos aspectos sonoro e público do ato de ler, as pluralidades dos gêneros textuais instigam os leitores ao constante exercício da leitura, em uma forma mais dinâmica, silenciosa e íntima na qual o leitor se informa, se diverte, se emociona, imagina, cria e se torna participante. Na convivência com todos os meios de informações, o leitor de hoje desenvolve diversas estratégias de leitura, assumindo assim um perfil múltiplo e seletivo, recorrendo à escrita nos momentos em que busca dar sentido ao mundo e a si mesmo.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Phillippe. *História social da criança e da família*, 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara, 1981.

BARBOSA, José Juvêncio. *Alfabetização e leitura*. São Paulo: Cortez, 1991.

ARIÈS, Phillippe; CHARTIER, Roger. *Por uma história da vida privada. História da vida privada, 3: da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. *A leitura: uma prática cultural*. Debate entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

CHARTIER, Roger (Org.). *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

CHARTIER, Anne-Marie. *Os futuros professores e a leitura*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

BATISTA, Antonio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira (Org.). *Leitura: práticas, impressos, letramentos*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

CHARTIER Anne-Marie; HÉBRARD, Jean. *Discursos sobre a leitura — 1880-1980*. São Paulo: Ática, 1995.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Revista das Revistas*, São Paulo, v. 5, n. 11, abril 1991.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador — conversações com Jean Lebrun*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1988.

CAVALLO, Guglielmo (Org.) *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 1999.

CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP, 2003.

CHARTIER, Roger. *Entrevista TVE Brasil*. Disponível em: www.tvebrasil.com.br/salto/entrevistas/roger_chartier.htm. Acesso em: 30 mar. 2017.

CHARTIER, Roger. *Collège de France*. Site. Disponível em: www.college-defrance.fr/default/EN/all/eur_mod. Acesso em: 30 mar. 2017.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1985.

CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, literatura e história: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre*

Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001.

FREIRE, Paulo. *A Importância do ato de ler*. São Paulo: Cortez, 2011.

HÉBRARD, Jean. (1985) O autodidatismo exemplar. Como Valentin Jamerey-Duval aprendeu a ler? In: R. Chartier (Org). *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

HORIKAWA, Alice Yoko. *Modo de ler do professor em contexto de uma prática de leitura de formação continuada: uma análise enunciativa*. Tese de doutorado: Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

LACERDA, L. Pós-facio. A história da leitura no Brasil: formas de ver e maneiras de ler. In: ABREU, M. (Org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras, 1999. p. 33-47.

MOLLIER, Jean-Yves. A história do livro e da edição um observatório privilegiado do mundo mental dos homens do século XVIII ao século XX. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 25, n. 42, p. 521-537, 2009.

ROCKWELL, E. La lectura como práctica cultural: conceptos para

el estudio de los libros escolares. v. 27. n. 1. *Educación e pesquisa*, São Paulo. 2001.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.